



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



ATA Nº 08/2018 DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às dezenove horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Segurança Pública – COMSEP, na Casa dos Conselhos, rua 1822 n. 1510. Estavam presentes: Antônio Gabriel Castanheira (Secretaria de Segurança); Laurindo Pedro Ramos Filho (Sec. Articulação); Elaine Gonçalves Weiss de Souza (Procuradoria); Sandro Katzwinkel da Rocha (FMEBC); Juliano Pigozzi Reis (12º PM); Walter Pereira de Mendonça Neto (13º PM); Clayton Schotten (UNIBAC); Valmir Patias (Rotary - Praia do Atlântico); Karina de Cássia Ferri (Associação dos Agentes de Trânsito); Celso Pzybylowski (Associação GM). Como participantes estiveram presentes Antônio A. Coutinho Neto e Luis Borges (GMBC). **Documentos expedidos:** Ofício nº 002/2018 ao Comandante da GM de BC; Ofício nº 003/2018 ao Promotor de Justiça da Comarca de BC; Ofício nº 004/2018 ao Delegado Regional de Polícia Civil de SC; Ofício nº 005/2018 ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Ofício nº 006/2018 ao Comandante do 12º Batalhão de Polícia Militar; Ofício nº 007/2018 à Presidente do Conselho Tutelar de BC e Ofício nº 008/2018 ao Supervisor Operacional dos Agentes de Trânsito de BC, todos expedidos no dia 18 (dezoito) de julho de 2018 com o **Assunto:** Ação de intervenção sobre o consumo de álcool por menores. O presidente inicia a reunião cumprimentando os presentes. Laurindo Pedro Ramos Filho faz a leitura da pauta: **1) Feedback da operação de repressão do consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade;** **2) Recomendação do MP para que a GM faça fiscalização dos veículos movidos à Gás Natural Veicular;** **3) Conselho da Cidade - Ações Mitigatórias direcionadas para a construção da sede da Secretaria de Segurança.** Iniciada a reunião, após a assinatura da ata da reunião anterior, passa-se a discutir os itens de pauta. Os conselheiros discutem sobre as intervenções e a retirada do Anfiteatro. Informa-se que um ofício está sendo elaborado e será remetido pela Guarda Municipal e destinado à outras Secretarias. Apontam-se propostas de soluções para limitação da permanência de menores no local, visto que o utilizam como pista de skate. São as seguintes propostas: fazer canaletas ou uso de petit-pavé na pista. Os conselheiros ressaltam a necessidade de apoio da Secretaria de Obras para revitalização, pintura e iluminação da Praça Eugenio Pio e do Beco do Brooklyn, levantando-se a possibilidade de abertura de acesso de veículos no Beco. Questiona-se se a ação da operação que aconteceu no dia vinte e seis haverá novamente, ao que um dos conselheiros entende que deveria ocorrer quinzenalmente e de maneira conjunta entre o Conselho Tutelar, a Polícia Militar, a Guarda Municipal, os Agentes de Trânsito, por meio de uma escala nas sextas-feiras ou sábados. Um conselheiro concede feedback do dia da operação sobre a apreensão e explica que eram as conselheiras tutelares acionavam os pais e orientavam-os. Um conselheiro diz que, acerca da operação de fiscalização de estabelecimentos que vendem bebida alcoólica, percebeu-se em grande parte a falta de alvará de funcionamento destes. Outro conselheiro afirma que um relatório da operação foi enviado à Polícia Civil e o delegado Davi se responsabilizou em abrir um processo administrativo a respeito. Um dos conselheiro ressaltava a

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC

Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 83.330-484 | Fone: 47 3267.0129
E-mail: bccasadosconselhos@gmail.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



grande quantidade de venda de drogas e bebidas alcoólicas no entorno do Calçadão da Central e outro conselheiro lembra que existe problemas relacionados também a conveniências e bares com pendências de alvarás e o trânsito de bicicletas. Sobre as apreensões de bicicletas no local, um conselheiro diz que a atuação foi questionada pelo Ministério Público, mas já enviou como resposta relatório sobre como agem nesse sentido. Um conselheiro diz que cerca de cento e cinquenta bicicletas não foram devolvidas por motivos como número de registro adulterado, falta de nota ou pela posse de menores com passagem policial no momento da abordagem. Os conselheiros questionam sobre as medidas a serem tomadas quando encontrarem estabelecimentos com documentação irregular. Um dos membros do Conselho diz que cerca de dois mil veículos acessam o Calçadão da Central para chegar à garagem de um edifício domiciliado no local; ressalta também que é um trânsito compartilhado por ciclistas e pedestres. Os conselheiros salientam que as pessoas não acessam o Beco do Brooklyn devido à insegurança, de forma que seria necessário a presença da Guarda Municipal durante 24 horas no local, opinando-se a instalação de uma câmera *speed dome* no Beco. Um conselheiro sugere parceria com o setor empresarial para revitalização do Calçadão. Os conselheiros abordam que, sobre a questão alvarás dos estabelecimentos comerciais no município, para não prejudicar a fiscalização, é necessário que a impressão deles ocorra anualmente e não somente o registro de pagamento no verso; levanta-se a possibilidade de realizar operações nesse sentido no período vespertino, para trabalhar em conjunto ao setor de Vigilância Sanitária, pontuando-se a necessidade de conversa entre o Prefeito, a Secretaria de Saúde e a Vigilância Epidemiológica e Sanitária. Um conselheiro lembra que o intuito da operação é fechar comércios com problemas relacionados à segurança e outro conselheiro afirma que, como já existe o relatório da operação nos estabelecimentos, já estão mapeados os lugares que incomodam a segurança pública, de maneira que basta uma reunião com a Secretaria de Saúde. Um conselheiro declara que acha melhor o presidente do COMSEP, posto que é também o Secretário de Segurança Pública conversar com o Secretário de Saúde e diretora de Vigilância Epidemiológica e Sanitária a respeito do assunto. Os conselheiros afirmam que é preciso regulamentar o uso do Calçadão por meio de decreto, chamando os comerciantes do entorno para participar. Um dos conselheiros alega a carência em manter uma viatura no Calçadão e outro membro do Conselho fala que, com relação às bicicletas, após três meses apreendidas, entende que é possível doá-las para entidades que possam utilizá-las com a finalidade de construir cadeiras de rodas. Os conselheiros passam então para o próximo item da pauta e questionam a origem da recomendação, sobre o que ao certo se quer que fiscalize e os fatores de identificação de irregularidade, recomendam o acatamento da recomendação e sugerem fiscalizar durante as blitz que geralmente ocorrem, realizando posteriormente um relatório. Os membros do COMSEP seguem para o último item da pauta e lembram que os próprios conselheiros na análise do projeto, direcionavam os recursos após aprovação da comissão técnica. Um conselheiro diz que Laurindo fez um documento de viabilidade de construção da sede da Secretaria

CASA DOS CONSELHOS | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SC
Rua 1822, Nº 1510 (esq. com a Marginal Leste) | Centro | CEP 88.330-484 | Fone: 47 3267.0129
E-mail: hccasadosconselhos@gmail.com



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO
GOVERNAMENTAL
CASA DOS CONSELHOS



de Segurança e outro afirma que um parceiro de outra secretaria que fazendo o projeto arquitetônico. Entre conversas, lembram que é preciso enviar o projeto para o Conselho da Cidade. Um dos conselheiros ressalta sobre a necessidade de realizar um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), passar pelo Conselho da Cidade, fazer Audiência Pública e a Câmara aprovar. Um conselheiro lembra que, dentro dessa obra, se pensa a respeito da construção da Central de Monitoramento da cidade, pois pensa que é complicado ficar dependendo de aluguel. Um dos conselheiros levanta a possibilidade de construir a Central onde está localizada a Prefeitura, a partir de lei especial para transferir o potencial construtivo, no intento que uma construtora comprasse o terreno e se construísse a Prefeitura e a Secretaria de Segurança Pública ao lado da Câmara de Vereadores. Os conselheiros discutem um item extrapauta: o alargamento da faixa de areia, com relação ao seu custo, relevância e a real necessidade. Outro membro do COMSEP diz que não vê necessidade do alargamento e que o custo da obra vai atingir as futuras gerações, que vão precisar arcar com a dívida que atualmente se faz, o que pode diminuir investimentos para áreas como saúde e educação. Encerrada a reunião e nada mais havendo a tratar eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, secretária executiva da Casa dos Conselhos, com base em gravação de áudio da Reunião COMSEP, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.